

ACERCA DA COLONIZAÇÃO DAS TERRAS ALTAS DA HUÍLA (ANGOLA)

O estudo de CARLOS ALBERTO MEDEIROS ⁽¹⁾ é um trabalho clássico de Geografia, recorrendo o autor em grande parte às técnicas da Geografia Histórica e, no restante, às de Geografia Humana; quer dizer, utilizando a numerosa documentação inédita ou ainda não tratada em toda a extensão, de que resulta um trabalho muito bem travejado, e recorrendo largamente à pesquisa directa, de campo, para os problemas actuais. E assim nos é facultada uma leitura agradável, minuciosa, cheia de pormenores e simultaneamente clara, em 625 páginas repartidas por 12 capítulos e uma conclusão, com 69 figuras intercaladas e 52 fotografias.

As terras altas, ou planaltos da Huíla, estendem-se por 9600 km², situados a «uns 120 km» do litoral, a 15° S, e compreendendo grandes extensões com altitudes entre os 750-900 m junto à escarpa da Chela, até 1750 m, visto os níveis mais altos, situados a leste, de cotas entre os 1700 e 2300 m, serem reduzidos. A este extenso planalto corresponde um determinado tipo de «paisagem temperada», directamente influenciada pela altitude, e em que o clima é o elemento principal; dependendo dele, solo e vegetação atingem feições bem diferenciadas em relação às áreas envolventes. A estes factos naturais se devem, em parte, «as tentativas de colonização de que foi alvo esta área», o que ajudará «a definir as Terras Altas da Huíla, pois imprimiram marcas humanas originais, que permitem precisar, com boa aproximação, os limites ao norte, leste e ao sul».

As Terras Altas da Huíla são as mais antigas e mais importantes terras de colonização branca, devido a condições naturais específicas, que derivam da altitude, e que, por seu intermédio, interferem no clima, nos solos e na vegetação. A este problema dedica o autor toda a primeira parte do trabalho (p. 37 a 304). O «Clima enganador» foi uma das grandes dificuldades do estabelecimento da colonização: as chuvas, abundantes, de ritmo tropical e muito irregulares de ano para ano, imprimem grande dificuldade ao estabelecimento de culturas «europeias», que foram tentadas em «propriedades de tipo minifúndio»;

(1) Prof. PIERRE DANSEREAU, Curso de Ecologia Aplicada ao Ordenamento, organizado pelo Centro de Engenharia Biológica com a colaboração de Centro de Estudos Geográficos, (Lisboa, 15 de Outubro — 15 de Dezembro de 1977).

(1) CARLOS ALBERTO MEDEIROS — *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)* — *Estudo de Geografia Humana*. «Memórias do Centro de Estudos Geográficos» n.º 3. Lisboa, 1976.

as diferenças de temperatura e de ritmo e quantidade de chuva originam forte contraste com as terras baixas, semiáridas, do oeste, e conferem, apesar dessas deficiências já apontadas, um lugar de eleição aos produtos europeus. «O isolamento, a dificuldade ou mesmo impossibilidade de venda dos produtos cultivados», pelo preço quase incomportável dos transportes e pela dificuldade de escoamento tornavam extremamente difícil a vida rural da região.

As dificuldades do meio físico juntavam-se as do meio humano: os indígenas estavam representados por diversos povos, embora os Muila fossem dominantes, que se guerreavam entre si, o que explicava as guerras de apaziguamento e de conquista pelos brancos. A este problema das populações indígenas locais dedica o autor vinte páginas frutuosas, pelas quais se depreende claramente as dificuldades com que se depara, ainda hoje, o estudioso destes assuntos.

Ao iniciar o Cap. II — As motivações e os primeiros passos [da colonização] — o autor faz, desde logo, notar que «os primeiros e imprecisos contactos dos portugueses com a área das Terras Altas da Huíla não estão documentados», mas acrescenta: «tudo leva a crer que se tenham registado no segundo quartel do séc. XVII». Porquê? Em 1575 chegava a Angola Paulo Dias de Novais a quem, quatro anos antes, tinha sido confiada a «donataria de Angola, do rio Dande para sul»: estava iniciado o sistema de capitánias, já usado nas Ilhas Adjacentes e no Brasil, com resultados positivos, mas que em Angola não «resultou», tendo sido, por isso, pouco duradouro, pois logo em 1592 os governadores passaram a estar «directamente subordinados ao governo da Metrópole». Entretanto, e «durante largo tempo, a presença portuguesa em Angola limitou-se essencialmente ao litoral», embora «fossem surgindo alguns pontos fortificados no interior», cujo «fundamento económico... ficou sendo o comércio de escravos enviados em grande número para as plantações... de São Tomé [e] depois sobretudo do Brasil». Entretanto, a busca de novos pontos para sul ia continuando: Benguela é fundada em 1617, logo se tornando o centro de um novo reino independente do de Angola; Moçâmedes só é fundada em meados do séc. XIX.

Ao tratar dos «estímulos poderosos para a colonização», CARLOS ALBERTO MEDEIROS dá-nos, ao longo de dez páginas, uma sucinta descrição das dificuldades com que os portugueses depararam face à concorrência de outros povos europeus — franceses, ingleses, holandeses — que, passando a frequentar assiduamente a costa angolana, com melhor mercadoria de troca para aquisição de escravos do que os portugueses, visavam destruir o monopólio português de comércio nestas paragens.

Com a abolição da escravatura (entre 1836 e 1870), nasce novo impulso para a colonização, dado que a base da economia angolana tinha de ser totalmente revista. É o próprio Marquês de Sá da Bandeira, a quem se deve o conjunto de leis então promulgadas, que descreve a abolição da escravatura como «uma condição de desenvolvimento do ultramar», acrescentando que para tanto haveria que «promover e proteger a emigração europeia para as mesmas colónias, [e que] a melhor

emigração é a portuguesa». Mas não é possível esquecer que a independência do Brasil, em 1822, não ocasionou a reviravolta que o «imenso caudal migratório» poderia ter sofrido relativamente à fixação de portugueses nas colónias africanas, nem mesmo com o recurso a açorianos, como chegou a ser pensado pelos meados do séc. XIX.

Por esta altura, porém, um acontecimento foi marcante para a colonização do sul de Angola: as perseguições movidas aos portugueses no Brasil (começadas no Recife em Junho de 1848) e a concordância do Governo Português com a sua transferência para estas novas paragens. Moçâmedes foi o local escolhido «para acolher os colonos, a quem foram concedidas diversas facilidades, designadamente o transporte, terrenos de cultivo, alfaias agrícolas, pretos libertos como serviçais». E os primeiros 170 colonos, vindos de Pernambuco, chegaram à costa de África no começo de Agosto de 1849; a segunda leva, composta por 144 pessoas, chegou no fim de 1850 e, ainda no ano seguinte, chegou mais uma centena de portugueses a Moçâmedes, onde a maioria não quis ficar. Assim, pelo número, ficava «solidamente assente por essa altura a colonização portuguesa no sul de Angola», irradiando, a partir deste porto, a colonização para o planalto, através de vários *oueds* que se estendiam até ao sopé da Serra de Chela. Pouca gente para tão vasta área!

Este início da colonização da Huíla teve o «bom acolhimento do soba e, em geral, dos indígenas»; mas os colonos não denotavam «nenhum amor à propriedade e só se ocupavam de intrigas e ninharias», o que era bem mau início para uma colonização que se desejava agrícola e que se tentava com o destacamento de «sete praças... para manter a ordem entre os colonos ali estabelecidos e os pretos, com o fim particular de trabalharem na agricultura, a ver se por este exemplo se consegue daquele gentio... [que] se entregue aos trabalhos agrários». As dificuldades do meio, tanto físico como humano, apesar dos inícios aparentemente prometedores, fizeram com que os colonos abandonassem a Huíla, razão por que, em meados do séc. XIX, a população branca da área era, de novo, muito reduzida. Então, o governador de Moçâmedes repetia a ideia da «conveniência em colonizar o Bumbo e a região planáltica, de terrenos muito férteis [e] muito abundantes de gados», sugerindo para isso que «conviria estabelecer pelo menos uma colónia na Huíla e outra nos Gambos», colónias que poderiam ser constituídas por gente «de preferência das Ilhas Adjacentes». Contudo, só quando em 1857, pela organização administrativa de Angola, Huíla passa a ser um dos quatro concelhos do distrito de Moçâmedes «são tomadas medidas mais concretas para se promover, em bases sólidas, a sua colonização».

Se nos debruçamos tão demoradamente sobre este período incerto da história da ocupação da Huíla, foi propositadamente para mostrar, por um lado, as sérias dificuldades deparadas; por outro, como o autor, ao socorrer-se de documentação inédita, por vezes deformada, nos dá um panorama do moroso e difícil estabelecimento branco no planalto.

Os primeiros ensaios de colonização dirigida iniciaram-se em 1857 (ou seja dois séculos depois dos primeiros contactos), com cinquenta

alemães, dos quais no ano seguinte apenas restaria um; logo se seguiu, em 1859, a tentativa da instalação de uma colónia militar agrícola, constituída por pouco mais de uma centena de portugueses; o desastre não se fez esperar, tanto mais que «no referido ano as chuvas tinham sido tardias, o que comprometera a actividade agrícola, tornando-se necessário fornecer alimentos». Sabe-se que na Huíla existiam, em 1860, «91 homens, 4 mulheres, 18 menores do sexo masculino e 14 do feminino, 10 pardos, 9 pretos livres e 30 libertos», «7 oficinas, 4 estabelecimentos de Indústria, 59 prédios rústicos e 11 casas de negócio»; sete anos mais tarde restavam apenas 24 praças «vivendo miseravelmente com suas famílias e possuindo apenas, em conjunto, 13 ha de terra», além de alguns pequenos comerciantes brancos, «fixados espontaneamente na região». Novo e retumbante insucesso para a colonização do promissor planalto da Huíla.

Estes dois fracassos de colonização dirigida são analisados ao longo de dez páginas onde se salienta a escassez dos efectivos e dos recursos humanos, bem como os defeitos de administração, orientação e organização manifestados e se mostra a dificuldade de encontrar um produto *rico* que pudesse ser o suporte dessa agricultura. A irregularidade da queda das chuvas, e os frágeis solos não eram propícios ao desenvolvimento de cereais de clima temperado, ao contrário do que acreditava Sá da Bandeira, que chegou a pensar não só na sua exploração como na sua exportação em larga escala para a metrópole; as temperaturas baixas não permitiam a expansão de produtos ricos tropicais, como sucedia nas terras baixas de oeste. Por todas estas dificuldades, e também por «tradição comercial antiga no contacto entre brancos e pretos», não admira que os poucos habitantes brancos da região procurassem «no comércio uma fonte mais segura de rendimento», embora este fosse, «apesar de tudo, insignificante» e revertesse, não poucas vezes, em prejuízo.

Neste panorama sombrio, só em 1881 se repetiria a experiência de colonização dirigida, com a aceitação de 300 boers refugiados da África do Sul, que fundaram a colónia da Humpata, tendo sido distribuída a cada família «uma extensão de terreno muito maior do que aos anteriores colonos alemães e portugueses». Com a instalação dos boers «modifica-se radicalmente o ritmo da evolução que se vinha registando na colonização das Terras Altas da Huíla», depositando as autoridades grandes esperanças nesses colonizadores «tidos como particularmente enérgicos, activos e trabalhadores». Contudo, pouco mais de meio ano e surgiram logo os «primeiros atritos com as autoridades e com as populações indígenas», não só por «questões de gado, pastos e queimas», mas também por se não conformarem «com a brandura dos nossos costumes para com os pretos... dando-lhes importância e atenção que não merecem». Também logo se verificou que não era «gente com quem se possa fazer uma combinação qualquer», pois «cada um anda quando e como quer», além de não terem dado «desenvolvimento algum aos largos tratos de terreno que lhe foram concedidos... vivendo quase isolados, a um e dois quilómetros uns dos outros,

explorando a caça e a criação de gado, cuja posse é a sua principal ambição». Foi esta irrequietude que deu o maior contributo dos boers «para o desenvolvimento das Terras Altas da Huila»: a introdução do seu característico carro e, conseqüentemente, das vias de comunicação. A vinda dos boers, de que não resultaram, nem de longe, os benefícios esperados, teve, porém, uma consequência fundamental no desenrolar da colonização nestas paragens: o desencadear da imigração dirigida de madeirenses.

É este «episódio decisivo da colonização» que o autor descreve das pág. 189 à 266, fazendo-o contrastar com os primeiros ensaios de colonização, que depararam com as dificuldades do meio, o escasso número de colonos e a «sua mediocre qualidade». Só os madeirenses viriam a superar tais dificuldades e eles foram escolhidos por se saber que «emigravam em grande número da sua ilha e eram tidos na conta de trabalhadores e bastante tenazes perante as dificuldades, fixando-se com facilidade nas terras para onde se dirigiam». Mas também a instalação destes colonos foi «levada a cabo em condições muito insuficientes», embora se tenha de considerar as «imensas limitações que havia em todos os aspectos», desde o acolhimento à sua chegada a Moçâmedes, as dificuldades de contacto tanto com os indígenas como com os boers, a falta de estruturas no planalto para os acolher. A deficiência com que os colonos madeirenses foram recrutados; a pouca ou nenhuma preparação no estabelecimento do colonato; a pouca ou nenhuma assistência, a todos os níveis (sanitário, técnico, cultural); o desconhecimento real do ambiente, tão diferente do da Madeira; a falta de capacidade organizativa, foram o maior obstáculo a esta colonização incipiente. A primeira dificuldade consistiu logo na falta de transporte e meios de comunicação, o que fez com que, em vez dos 222 imigrantes terem seguido em conjunto, tivessem de ser repartidos em três grupos, de que resultou a desmoralização de diversos dos «últimos colonos a partir», que já andavam «pelas tabernas da vila [de Moçâmedes], perdendo hábitos de trabalho». Só tardiamente, após a instalação, os colonos começaram a preparar os terrenos para as sementeiras, na qual se incluem as valas de rega. Apesar das dificuldades enormes, nos fins desse ano, «um apuramento estatístico acusava a existência na Humpata, além das cubatas indígenas, de 69 casas de adobe, 55 de pedra, 25 de pau-a-pique»; «7 estabelecimentos comerciais, 4 moinhos de água e 85 propriedades agrícolas». E para dar uma imagem das dificuldades do dia-a-dia, a pág. 197-8 o autor não se furta a contar como a inventiva de um velho de 70 anos faz construir um carro de bois sem nele haver «um único prego, que era coisa inexistente no Lubango».

O segundo grupo de madeirenses, constituído por 336 pessoas, chegou a Moçâmedes em Julho de 1885 e ao planalto em 19 de Agosto. 31 famílias ficaram no Lubango, 19 foram para a Humpata, 12 para a Chibia: estas, «em número de 34 pessoas, com 3 moradores portugueses já existentes na área e alguns boers, formaram assim o embrião de mais uma colónia», em que as casas, de «pau-a-pique, cobertas de

capim, mas muito bem barreadas e alinhadas», tinham flores perto das portas e os quintais, de «30 m de fundo e 16 de face», eram todos cercados.

A vinda de madeirenses continuou a processar-se até 1892, «ano em que terminou a emigração oficial», que fez com que em pouco tempo a população branca do planalto «ultrapassasse o milhar»; estes elementos madeirenses foram «os mais activos e influentes no desenvolvimento económico» do planalto, embora pouco mais tenham alargado a área de colonização. Os problemas imensos provocados pela pobreza dos colonos, pela falta de conhecimento e interesse pelas questões agrícolas, uma vez que a atracção produzida pelos subsídios foi causa, muitas vezes, da vinda de muita gente não ligada à agricultura, pela dificuldade quase insuperável dos transportes estão estudadas com detalhe das pág. 211 a 218. E logo nas páginas seguintes, e até à 230, se nota o mesmo cuidado de pormenor descritivo sempre apoiado em fontes seguras.

A irregularidade e a dificuldade dos transportes para a cidade-porto de Moçâmedes dificultavam a expansão da agricultura que, ao decair, ia apenas servir o comércio de troca com os indígenas, razão pela qual muitos madeirenses, desgostosos, regressavam, embora outros povoadores se fixassem.

Em 1928 os boers abandonam definitivamente o planalto e «deles ficaram só, como vestígios, os grandes carros, que durante algum tempo continuaram a prestar bons serviços»; a partir de então foram chegando numerosas famílias portuguesas, que se instalaram na área da Palanca e Hoque, principalmente; foi nesta fase que se deu a marginalização dos negros, marginalização tanto mais profunda quanto os Muilas são tradicionalmente muito fechados, mesmo ainda hoje. Contudo, é nos trinta anos entre 1940 e 1970 que se dá a maior entrada de portugueses no planalto, que passam de 7150, em 1940, a 25 000 em 1970, constituindo neste último ano 22 % da população total (então a percentagem de mestiços era apenas de 3 %).

Embora o grande aumento demográfico verificado entre 1960 e 1970 contribuisse para um certo extravasar de população, notoriamente junto dos cursos de água e onde os solos eram melhores, naturalmente a cidade de Sá da Bandeira foi a que mais progrediu. Ao problema da população, seu ritmo de crescimento, distribuição, ocupação, que, obviamente, são o ponto de partida para a compreensão das paisagens humanizadas, dedica CARLOS ALBERTO MEDEIROS a primeira parte do seu estudo, dividindo esta em dois capítulos — crescimento e distribuição, e estrutura da população; em pouco mais de trinta páginas, pois os dados são escassos e ao autor nem sequer foi possível utilizar completamente os dados de censo de 1970, por não estarem ainda publicados; mas quando estes falham, recolhe às estimativas administrativas, explicando antecipadamente como os utiliza e porquê, as quais, embora feitas para outros fins, dão, não poucas vezes, preciosas informações. E assim apura a composição étnica acima referida (22 % de brancos, 3 % de mestiços, 75 % de negros), composição a que o censo de 1970 se não

refere — sem que se compreenda porquê. A variação demográfica entre 1960 e 1970, a densidade de população rural, a evolução da população de Sá da Bandeira desde os anos trinta, além de ilustradas, são comentadas: o crescimento entre 1960/70, de cerca de 11 % por ano, sensivelmente igual ao das outras cidades angolanas, é devido à guerra, porque com ela aumenta o enquadramento militar, o desenvolvimento técnico, económico (tanto comercial como industrial) e de serviços, nos quais se destaca o ensino; e Sá da Bandeira, ex-aldeia do Lubango, passa a quarta cidade angolana. Parece-nos, portanto, que o autor faz um bom aproveitamento dos dados demográficos, nem sempre recentes, e muitas vezes pouco seguros.

A terceira parte do trabalho é dedicada ao padrão de paisagens típico das Terras Altas da Huíla: o mato e o campo. Este corresponde a paisagens mediantemente humanizadas, embora haja diferenças consideráveis entre os campos do agricultor branco (geralmente com o espaço integralmente utilizado, tendo como base a estrumação e a rega; os seus cultivadores habitam em «povoados» em ordem «mais ou menos dispersa»), e os dos negros, que vivem em pluricasas dispersas, ocupando grandes extensões do mato, intercalam as culturas em áreas de vegetação primitiva, com aspecto desordenado, e sucessivamente conquistam ao mato retalhos irregulares de cultura para os abandonarem pouco depois: fisionomia e técnicas características das populações africanas. Segundo os inquéritos da MIAA, de 1963-64, apenas 9 % da área total era ocupada com agricultura empresarial, sempre estrumada, mas dos quais apenas um quarto de regadio (compare-se com 10 % da área de agricultura «normal» indígena, estimada em 75 000 ha, regada e 5 % estrumada). Infelizmente o autor não se debruça com pormenor sobre o porquê destas diferenças, que nos parece estar na índole dos dois povos em contacto: os nativos, fechados, arredios a tudo quanto fosse intensa absorção de costumes; os madeirenses, pobres, sem desejo nem força para imposições. Por outro lado, parece-nos também não ter o autor explorado, em profundidade, esse manancial de informações contidas nos inquéritos da MIAA; e é pena que o não tivesse feito, e quase custa a compreender, pois embora o tema do trabalho seja a *colonização*, CARLOS ALBERTO MEDEIROS dedica grande interesse e cuidado aos aspectos actuais da ocupação do território; e o ter-se apoiado nessa valiosa documentação seria mais uma sólida trave a que se agarrava para a compreensão das Terras Altas da Huíla. Dez anos passados, a área de cultura branca tinha aumentado, enquanto a de cultura dos negros tinha diminuído. Infelizmente, também o autor se não debruça sobre o significado destas diferenças, que parecem poder estar relacionadas com o crescimento da cidade de Sá da Bandeira e a necessidade de mão-de-obra requerida; embora com um ritmo de trabalho e estilo de vida bem diferentes das do campo, a cidade não deixava de atrair muita gente, principalmente jovens do sexo masculino.

Ainda em 1963, e através dos já referidos inquéritos, sabe-se que existiam 1119 explorações agrícolas, das quais 962 individuais e destas

441 vivendo exclusivamente da agricultura; são geralmente pequenas explorações: cerca de metade com área inferior a 10 ha, um pouco mais de um terço não chegando a 5 ha. E este «tom» de minifúndios que caracteriza a colonização das Terras Altas da Huíla pelos madeirenses (a última «vaga» de colonos, espalhados principalmente por Palanca e Hoque têm já maiores parcelas de terreno, geralmente da ordem dos 100 ha): minifúndios com policultura regada, comportando, em média, 5 a 6 cabeças de gado por família, insuficiente para a estrumação das terras. Ao longo do tempo, a ocupação vai sofrendo alterações: a partir do decénio de 1930 o milho começa a suplantir o trigo (em 1963 a sua área é praticamente dupla da deste cereal); a partir dos anos cinquenta desenvolvem-se os pomares (até então, as árvores de fruto plantadas em todos os quintais eram só para uso caseiro) que tiveram mais e mais incremento com a construção da barragem da Humpata (1968), juntamente com produtos hortícolas, morangos, flores, produtos exportados de avião para a capital angolana, que crescia em população e «exigências» a um ritmo acelerado.

A criação de gado é um subcapítulo de relevante importância, tanto no estudo da «vida rural dos colonos» como no da «vida rural dos indígenas»; e o autor tem razão, dado que ele é o elemento *essencial* da vida económica do indígena e, embora «actividade secundária» para os brancos, mesmo para estes tem grande importância. Em 1970 eram arroladas 203 000 cabeças de gado pertencentes a indígenas e 23 400 a brancos, a maioria comerciantes. Ao fazermos o cômputo por habitante, deparamos com a existência de 2 animais por habitante; 2,3 por habitante negro e 0,9 por habitante branco; embora já as tensões entre criadores brancos e negros se fizessem sentir, não eram ainda em nada comparáveis com as já existentes no Cunene, ou mesmo em regiões agrícolas, como a de Quilengues, por causa da cultura do tabaco.

A descrição pormenorizada dos trabalhos agrícolas; do povoamento e tipos de exploração que lhe estão associados; a instabilidade dos eumbos, mais ligada à deterioração dos materiais que ao problema da fertilidade da terra, originando como que uma forma rudimentar de transição para um tipo de povoamento estável, constituem páginas agradáveis de ler, embora nem sempre tão profundamente tratados quanto se gostaria que fossem, mas compreendemos a dificuldade de uma pesquisa de campo muito aprofundada nas condições em que o autor teve de trabalhar (anos 70).

Em relação à importância do gado, que constitui um dos pilares mais sólidos da economia indígena, as Terras Altas da Huíla são integradas no «vasto domínio [300 000 km²] que ocupa o Sudoeste de Angola e se prolonga para o interior segundo uma faixa meridional», e onde, em 1971, «nele existiam 2 232 000 bois utilizados pelo sector tradicional da população»; a sua função primordial ainda hoje é a social, à qual se vem juntando cada vez mais a função económica: «a obtenção de leite, embora com baixa produção por cabeça... é... a principal finalidade prática que se lhe atribui... mas também os animais são transaccionados, estão na base de fornecimentos de carne

a toda a Angola [CRUZ DE CARVALHO estimou que 90-95 % do gado consumido em Angola provinha desta área] e proporcionam animais para recria e gado de trabalho à região vizinha do Planalto Central». A necessidade de deambulações do gado, «segundo parece mais condicionada pela procura de água do que propriamente pela de alimento», está visivelmente bem descrita, uma vez mais; mas é necessário ir procurar, alguns parágrafos adiante, uma chamada de atenção para um estudo, então recente do Eng. CRUZ DE CARVALHO, um dos primeiros técnicos portugueses a chamar a atenção para a validade deste sistema tradicional de criação de gado no Sul de Angola, *sistema de ajustamento às difíceis condições ecológicas*, que permitem a *utilização sucessiva de várias qualidades de pasto*. Parece poder inferir-se, uma vez mais, que a necessidade de procura de água e de variedade de comida estão na base das deambulações do gado e seus guardadores. As deambulações não são feitas ao acaso: embora não haja *estradas de gado* definidas como noutras áreas pastoris do mundo, existem *batedores*, isto é, homens velhos, excelentes conhecedores dos pastos, que, antecipando-se à marcha dos gados, indicam o caminho a seguir por estes em função da quantidade e qualidade dos pastos e dos pontos de água. A importância social do gado mantém-se, mas a par dela aumenta a sua importância nos circuitos económicos (embora altamente viciados pelos comerciantes do mato); a própria composição dos rebanhos denota, facilmente, a tendência cada vez maior para ver no gado um produto de consumo, incentivado pelo valor de troca que representa para o indígena e que este compreende que represente também para o branco, através das melhorias que vê fazer a favor das condições de existência para o gado... e do interesse que manifestam na instalação de «explorações pecuárias aperfeiçoadas», que tanto se desenvolvem na segunda metade da década de sessenta — e tantos problemas levantaram às populações locais, com a subtracção sucessiva de pontos de água e de vastas áreas de pasto.

Caça, pesca, recollecção, apicultura, são ocupações complementares que permitem obter alimentos apreciados, quer para alimentação própria quer para fazer um pouco de comércio; olaria e cestaria (ocupações femininas), ferraria e trabalhos de madeira (ocupações masculinas) constituem pequeno artesanato local destinado a utensílios de uso corrente e de embelezamento feminino: pulseiras para os braços e pernas, alfinetes para o cabelo, colares, etc.

As condições gerais de vida são válidas para o conjunto das populações indígenas, aliás de relativa homogeneidade étnica, como já foi referido; as principais excepções são registadas nos grupos minoritários, constituídos por bochimanes (que vivem da caça e da recollecção) e dos Ovi-Womu, descendentes dos «criados de cor que acompanhavam os boers», «agricultores minuciosos, com uma vida cultural mais elevada, habitando em casas quadradas, de pau-a-pique, revestido de barro, quando não totalmente de adobe, com janelas e mobiliário à europeia»; «falta-lhes o gosto das amplas deambulações pelo mato, a criação extensiva de bovinos, que só há poucas décadas começaram a adquirir e nem mesmo utilizam na tracção de carros, à maneira

de seus padrões de outro tempo. Mas a relativa segregação que lhes votaram os Bantos ajudou a manter-lhes um estilo de vida mais próximo dos padrões europeus e reforçou a sua individualidade, que numa origem étnica compósita talvez se não justificasse». Pena que o autor não se tivesse detido mais um pouco neste problema que, embora fugindo já ao domínio geográfico, devido à natureza deste trabalho não tinha ficado mal explorar mais largamente, em termos comparativos. Talvez se tivesse feito luz sobre alguns problemas de aculturação...

O cap. IX, com vinte e cinco páginas, é ocupado na descrição e problemas do comércio do mato e das povoações rurais, nascidas da colonização, sem que, contudo, dê um contributo válido à classificação destas formas de povoamento, sem paralelo na Europa: mantêm um carácter fruste, sem uma verdadeira estrutura, e embora o comércio seja um elemento fortemente marcante, é complementar da agricultura e da criação de gado, quando não uma «forma de substituição» destes.

O baixo nível técnico das populações, a sua «grande dificuldade de receptividade», a deficiente comercialização, a escassez de capital, aliados aos difíceis problemas de índole física, em que uma vez mais se destaca a irregularidade da chuva de ano para ano, o «predomínio de solos pobres» não são de molde a proporcionarem um desenvolvimento generalizado da agricultura. Contudo, «os indígenas souberam enriquecer a sua agricultura, tanto pela obtenção de novos produtos como pela utilização de técnicas mais apuradas, diferentes das tradicionais. Por outro lado, sabe-se como a evolução histórica que se registou é, em larga medida, responsável pela situação presente, perfeitamente susceptível de mudar. Mas... é preciso reconhecer também as dificuldades que se opõem a esta evolução» e que autores bem conhecedores do problema, a mais ampla escala, como PIERRE GOUROU, a quem aliás o autor se refere de relance, comentaram largamente, assumindo, por vezes, atitudes de relativo optimismo.

Em todo o processo de colonização há também, não o esqueçamos, «uma opção política a tomar», no sentido da remodelação a empreender para que esta conduza a uma melhoria de condições de existência da grande maioria da população. Esta, porém, não se realizou na escala que seria necessária, em virtude das dificuldades naturais e humanas, que foram sendo apontadas ao longo do trabalho. Os esforços foram efectuados essencialmente na expansão da área regada e na intensificação da criação de gado, visando, em especial, o estabelecimento e desenvolvimento das populações brancas, vindo a melhoria de vida das populações negras a fazer-se por arrasto. A comercialização dos produtos, que uns e outros conseguiram para além das necessidades de sobrevivência, apresentou desde cedo «enormes deficiências» que ao longo do tempo não só se não atenuaram como, muitas vezes, se agravaram. E isto, essencialmente, por falta de assistência, de circuitos estabelecidos e de confiança em novas formas de comercialização, como a cooperativa, tanto pelas populações brancas como pelas negras.

No meio do planalto, num «ambiente marcado pelo ruralismo», a aldeia do Lubango (que viria a originar a cidade de Sá da Bandeira),

vai crescendo e desenvolvendo as suas funções: em 1901 passa à categoria de vila-capital de distrito, em 1923 eleva-se a cidade, sede de serviços necessários ao enquadramento administrativo da região, «no fundamental da rede de comunicações», não só regional como para o exterior. Apesar disto, é uma cidadezinha estagnante entre 1930-60, com uma dezena de milhares de habitantes; mas a partir deste último ano dá-se uma expansão, visível em todos os aspectos urbanos: na evolução demográfica, na construção, no comércio, na maneira de viver da população branca, na atracção exercida sobre as populações negras das redondezas e nas modificações importantes a que estas se foram adaptando. Em 1970 Sá da Bandeira tinha perto de 32 000 habitantes (sensivelmente metade para cada grupo dominante, o branco e o preto), enquanto no ano seguinte o número de negros se eleva a perto de 22 000, mas reduzindo para 46 % a percentagem em relação ao total da população. Mesmo tendo em conta que a população negra citadina é ainda muito flutuante, directamente relacionada com o trabalho dos campos, embora não seja de excluir uma certa dose de acaso e de fantasia, pois só uma minoria de mão-de-obra relativamente especializada se fixa na cidade, este aumento de um ano para outro pode ser altamente significativo da expansão da cidade.

Sá da Bandeira, como numerosas outras cidades africanas, tem um aspecto frouxo, com vários núcleos separados entre si por vazios de grandeza diversa e de preenchimento mais ou menos intenso e rápido, devido, entre outras causas, às condições históricas do estabelecimento branco. O sector de maior urbanização é o central, alongado no sentido este-oeste, segundo o rio Mucufi, que corre a sul da principal área comercial e residencial da cidade; os bairros que se foram desenvolvendo, embora por vezes afastados do núcleo central, seguiram praticamente esta mesma orientação. Enquanto a cidade crescia desorganizadamente, o que dificultava o estabelecimento de infra-estruturas eficazes, aumentava o número das suas funções, embora se conservando por muito tempo, como primordial, a da agricultura; ao longo dos anos, enquanto esta diminuía de importância, de modo que em 1970 não passava de uma «função residual», outras se foram impondo e aumentando, como a comercial (onde as «transacções de gado bovino assumem papel de relevo»), a industrial e a do ensino, as quais, naturalmente, implicavam no desenvolvimento da função administrativa. O desenvolvimento da cidade apresenta-se interligado com o das vias de comunicação; e foi a partir de Sá da Bandeira que se articulou «toda a vasta área do Sudoeste com as do Centro e Norte de Angola, onde a aviação esteve presente desde os anos quarenta.

O estudo termina com quatro páginas de conclusões, onde é retomado o problema das vicissitudes da colonização rural, devida à feição física do planalto, a que se seguiu a actividade comercial, porque «muito mais fácil do que na agricultura» para conseguir bons lucros. Tanto num como noutro processo, embora inicialmente a colonização fosse «concebida como meio de se garantir a ocupação e a posse definitiva» da área considerada, «ao mesmo tempo que a sua valorização económica»,

as populações indígenas não foram tomadas em consideração; «dai que estas tivessem sido marginalizadas e que resultassem contactos pouco harmoniosos entre brancos e pretos». E nisto consiste o problema fundamental da região: a não atingida integração da massa populacional no desenvolvimento harmonioso da região. As últimas linhas são um alerta, tanto para os descendentes dos primeiros colonos brancos como para os recém-chegados e até para as autoridades, o que, infelizmente, não resultou: «afinal, também os colonos das Terras Altas da Huila têm o seu caminho a trilhar, longo e difícil, mas de modo algum intransponível: e seria lamentável que as vicissitudes duma descolonização tormentosa — em grande parte devido ao atraso com que foi encetada — conduzisse ao seu êxodo maciço da região».

RAQUEL SOEIRO DE BRITO